



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0006828-07.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **MARIA APARECIDA MORENO FERRARI e outros**
 Requerido: **DANIEL APARECIDO ROSA e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que os autores alegaram que são proprietários de automóveis que especificaram, os quais foram abalroados no dia 29/05/2016, quando estavam estacionados na Rua José Cerri, 246, por uma motocicleta pertencente à ré e então conduzida pelo réu.

O réu em audiência admitiu os fatos articulados pelos autores, mas ressaltou que bateu contra os automóveis deles porque ao passar por um buraco que havia na via pública perdeu o controle da motocicleta que dirigia.

A ré, a seu turno, reconheceu sua condição de proprietária desse veículo.

É relevante notar que os réus deixaram claro a fl. 47 que não tinham interesse em produzir outras provas.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção diversa, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

O acidente noticiado restou patenteado nos moldes descritos pelos autores, o que evidencia a responsabilidade do réu.

Eventual circunstância deste ter passado por um buraco não contou com o apoio de um indício sequer que lhe conferisse verossimilhança e ainda que isso houvesse não seria razão suficiente para eximir sua culpa.

Já a condenação da ré encontra amparo na sua condição – reconhecida por ela própria – de proprietária da motocicleta.

Por fim, os valores postulados estão lastreados em prova documental que não foi impugnada em momento algum.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar os réus a pagarem aos autores a quantia de R\$ 3.790,00 (respeitada a divisão derivada dos danos em cada um dos automóveis dos respectivos autores), acrescida de correção monetária, a partir de junho de 2016 (época de elaboração dos orçamentos que instruíram o relato exordial), e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 02 de setembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**